



Registo de Entrada			
Procº Nº/201			
Em/201			
O Funcº			

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE PRÉDIO (LEGALIZAÇÃO COM OBRAS)

Identificação do Req	uerente:	
Nome/Designação:		,
Morada/sede:		
		código postal:
concelho		
NIF nº.:	B.I./ C. C. nº	data de validade:/,
Telem nº.:	Telef nº.:	_, Email:
Vem na qual	idade de (1)	, do prédio (2),
sito em		, na localidade de
	, freguesia de	
concelho de	, de	scrita na Conservatória do Registo Predial sob o
nº	(Livº Fls)e inscrit	o na matriz sob o artigo, o qual
confronta do norte	e com	,sul
	,nascent	te
e do poe	nte	
		4º e 62º do decreto-lei nº 555/99, de 16 de
dezembro, na sua atu	ual redação, a ∏licença/∏autoriza	ção de utilização em relação às partes do prédio
acima identificado, c	jue a seguir se assinalam com $igtimes$, ϵ	em virtude de já ter concluído as obras de :
Construção/ Renov	vação/ Ampliação/	, as quais foram
executadas a coberto	o do 🔲 alvará/ 🔲 comprovativo de a	admissão de comunicação prévia nº/,
emitido em/	/, respeitando-lhe o processo	nº
As áreas do prédio p	oara que se requer a 🔲 licença/ 🔲 a	autorização, são as que se registam no quadro
seguinte:		



Afetação	Abaixo Cota Soleira	Pisos Acima Cota Soleira	Tipologia/N.º Divisões	Área Total Terreno	Área Implantação Prédio	Área Bruta Construção	Área Bruta dependente	Área Bruta Privativa	Área Piscina/outros

Habitação	Área útil (art. 67º do REGEU)	Área Habitacional (art. 67º do RGEU)
пашсаçао		

- (1) Proprietário, locatário, etc.
- (2) Urbano, rural ou misto.
- (3) Especificar melhor a utilização a dar ao edifício, em observações, no final.

	Pede deferimento,	
Ponte de Sor,	de	de 201
	O (A) Requerente	

ESPAÇO	RESERVADO AOS SERVIÇOS	riços		
Conferi a assinatura pelo B.I./C.C. nº	, válido até /	/	. O Funcº.	



Elementos específicos dos pedidos de autorização

- 1) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente do n.º 1;
- 2) Termo de responsabilidade subscrita pelo diretor da obra ou do diretor de fiscalização da obra, nos termos do n.º 1 do artigo 63.º do RJUE e, ainda, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1.2 e 2.2 do anexo à Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro;
- 3) Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis mencionados nas alíneas anteriores, emitida pela respetiva ordem profissional, nos termos na alínea c) do n.º 1.2 e 2.2 do anexo à Portaria n.º 349 -C/2013 de 2 de dezembro;
- 4) Ficha resumo caracterizadora do edifício e da intervenção realizada, de acordo com o modelo ficha
- 2, constante do anexo à Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro, caso se trate de edifício de habitação;
- 5) Certificado SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios:
- 6) Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da obra com o projeto acústico;
- 7) Cópia do título da operação urbanística ao abrigo da qual foram realizadas as obras;
- 8) Telas finais, quando aplicável;
- 9) Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.